



COMISSÃO DE TRABALHO
REQUERIMENTO Nº DE 2025

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir as Reformas Trabalhista e Previdenciária e a Lei das Terceirizações.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts 255 e 256 do Regimento Internos da Câmara dos deputados, a realização de audiência pública para discutir as Reformas Trabalhista e Previdenciária e a Lei das Terceirizações. Para a referida audiência Pública, propomos a participação dos (as) seguintes convidados (as):

- 1- Sr. Antônio Francisco Djavan Marques - Presidente do STIEML/SB- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Madeiras e Lenha de Santa Bárbara MG (CUT) e Secretário da FTIEMG- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais;
- 2- Sr. Luã de Campos Cupolillo - Secretário de Organização do Sinpro JF;
- 3- Sr. Renê Marcos Munaro - Diretor de Formação e Política Sindical - Sintrasep e Diretor executivo da CUT Nacional;
- 4- Sr. Sérgio Ronaldo da Silva - Secretário Geral da CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal;
- 5- Sr. Pedro Armengol de Souza - Diretor Executivo da CUT Nacional.

JUSTIFICATIVA

A classe trabalhadora brasileira segue enfrentando severas consequências das reformas trabalhista e previdenciária, bem como da lei das terceirizações, que foram implementadas sem ampla participação popular e sob forte questionamento quanto à sua legitimidade. Essas medidas resultaram na redução de salários, na retirada de direitos historicamente conquistados e no enfraquecimento das condições de aposentadoria e pensões.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

A reforma trabalhista, ao retirar vários direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterou de forma substancial as relações trabalhistas. Medidas como parcelamento de férias, flexibilização da jornada de trabalho, diminuição do descanso intrajornada, fim da ultratividade dos acordos e retirada da necessidade de homologação sindical fragilizaram a proteção dos (as) trabalhadores (as). Além disso, a implementação do negociado sobre o legislado e a ampliação dos acordos individuais resultaram no aumento da exploração laboral e no enfraquecimento da negociação coletiva. O acesso à justiça trabalhista também foi comprometido com a criação de barreiras para a judicialização de demandas trabalhistas.

Paralelamente, a lei das terceirizações tem sido utilizada para precarizar o trabalho, possibilitando a redução de salários, o aumento da rotatividade de empregos e a exposição de um maior número de trabalhadores (as) a condições análogas à escravidão. No setor público, essa lei contribuiu para a negação de concursos públicos, comprometendo a reposição de servidores (as) e afetando diretamente os regimes de previdência. Ademais, direcionou recursos públicos para o lucro de empresários, aprofundando a privatização e a precarização dos serviços públicos.

No que diz respeito à reforma da previdência, a ampliação do tempo de contribuição e da idade para aposentadoria impõe um grave retrocesso social, dificultando o acesso à aposentadoria digna. Com as novas regras, trabalhadores (as) que iniciaram suas contribuições após 2019 só poderão se aposentar após 40 anos de contribuição, enquanto antes os homens contribuíam por 35 anos e as mulheres por 30 anos. A imposição de idades mínimas de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens representa um desafio ainda maior, especialmente para trabalhadores (as) em condições mais vulneráveis.

Somente com um amplo debate e participação da sociedade civil e dos (as) representantes dos (as) trabalhadores (as) poderemos construir soluções que garantam condições dignas de trabalho e aposentadoria para todos (as) os (as) brasileiros (as). Dito isso, pedimos apoio dos (as) nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, de de 2025

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

